

## MPF-RJ denuncia advogados por venda a clientes de proteção na PF

O Ministério Público Federal denunciou cinco advogados do Rio de Janeiro pela suposta venda a seus clientes de uma proteção na Polícia Federal. Em troca, o delegado federal Lorenzo Pompílio da Hora ficava com parte do dinheiro, segundo o MPF.

Reprodução



MPF acusou 10 pessoas de esquema na PF para proteger investigados

Os procuradores acusam os advogados Fernando Guimarães, Rafael Faria, Mauro Tsé, João Baldaque de Mestieri e Marcelo Guimarães; o delegado da PF Lorenzo Pompílio da Hora; o escrivão da PF Éverton Ribeiro; o delegado da PF aposentado Julio Bilharinho; o delegado da Polícia Civil Carlos Eduardo Rangel e o empresário Arthur Pinheiro Machado de participarem de um esquema que envolveu a prática dos crimes de corrupção ativa e passiva, concussão e organização criminosa.

A denúncia é baseada na delação premiada de Marcelo Guimarães. O delator contou que ele e outros advogados vendiam proteção a seus clientes na Polícia Federal em troca do pagamento de propina a servidores. Na corporação, o esquema era comandado por Pompílio da Hora, segundo a denúncia.

Por sua vez, diz o MPF, os agentes públicos praticavam e omitiam atos de ofício com infração de deveres funcionais, ao colher depoimentos e realizar diligências de forma a atender aos interesses do esquema, visando proteger certas pessoas e prejudicar outras.

Conforme os procuradores, o grupo cobrou propina do empresário Arthur Pinheiro Machado para protegê-lo em um inquérito da PF sobre desvios no fundo de pensão Postalís, dos funcionários dos Correios. E Machado, segundo a acusação, negociou o pagamento de propina em troca da proteção de ex-diretores do fundo e de outras pessoas envolvidas em irregularidades.

O MPF também diz que os advogados e os policiais receberam R\$ 450 mil de vantagens indevidas das empresárias Patrícia Vaz Caldas e Simone Firmino.

### Outro lado

O advogado João Baldaque de Mestieri afirmou ao jornal *O Globo* que a acusação é falsa.

"Repudiamos veementemente o relatado pelo delator Marcelo Guimarães, esclarecendo que as senhoras Patrícia e Simone são nossas clientes, e jamais procuraram por proteção policial, tendo sofrido busca e apreensão a época, e feito seu acordo de colaboração premiada, inteiramente, junto ao Ministério Público Federal, trabalho de um ano e meio e homologado judicialmente, sem qualquer possibilidade de interferência da Polícia Federal. Providências já estão sendo tomadas para restabelecer a verdade", disse Mestieri, em nota.

O criminalista ainda enviou nota à **ConJur**: "O advogado João de Baldaque Mestieri não foi denunciado pelos crimes de organização criminosa e nem por concussão. A denúncia lhe atribui o delito de corrupção passiva, por suposto pagamento indevido, com base na palavra de um delator, que já mudou sua versão por três vezes".

A defesa de Fernando Guimarães afirmou que a denúncia é uma tentativa de se criminalizar a advocacia.

"Fernando Guimarães é advogado militante, há décadas. Sempre determinou sua advocacia pela seriedade e honradez. Agora, transformou-se em mais uma vítima da rede de intrigas que a nefasta indústria da delação produz abusivamente no Brasil. Tentar criminalizar a advocacia, por meio de depoimentos de falsos delatores, mostra-se um retrocesso de proporções graves. Fernando Guimarães enfrentará as falácias acusatórias de cabeça erguida", apontou, em nota enviada ao *Globo*.

Clique [aqui](#) para ler a denúncia

*\*Texto atualizado às 13h59 do dia 20/10/2021 para acréscimo de informações.*

**Date Created**

19/10/2021